

Capítulo “As pessoas”

Sumário:

A população portuguesa em 2004, mantém a convergência com os padrões dos países mais desenvolvidos da União Europeia. Vários indicadores analisados nesta secção – abrangendo áreas tão diversas como o mercado de trabalho, a saúde, a segurança social ou os consumos culturais, entre vários outros aspectos – sugerem que os portugueses usufruíam de melhores níveis de vida do que em anos anteriores. Outros indicadores, no entanto, colocam em aberto a questão da sustentabilidade futura deste processo de aumento de níveis de bem-estar.

Neste capítulo apresentam-se as principais estatísticas deste Anuário que estão relacionadas com as pessoas centrando-se na informação disponível para 2004 (ou para o ano mais recente) e retrata-se também a evolução nos últimos anos. Entre as várias possibilidades de organização e análise destas estatísticas, consideraram-se os cinco seguintes temas aglutinadores:

1. Transformação das Estruturas Familiares e da Educação. Verificaram-se nos últimos anos várias alterações na composição dos agregados familiares, consolidando-se o afastamento em relação aos modelos das sociedades tradicionais. Entre várias modificações incluem-se o aumento da idade média ao primeiro casamento e ao primeiro filho, aumento dos nascimentos fora do casamento e do número de divórcios e as reduções dos casamentos católicos e do número de filhos por casal. Também o nível educacional dos jovens aumentou significativamente, verificando-se em particular crescimentos significativos no ensino pré-escolar. Por outro lado, os números de matriculados em todos os restantes níveis de ensino reduziram-se ou encontram-se estagnados, em grande medida como consequência da diminuição da fecundidade. A população activa apresenta, no entanto, ainda níveis muito baixos de qualificações escolares e de aprendizagem ao longo da vida;

2. Envelhecimento da População. Em paralelo com tendências presentes na maioria dos países desenvolvidos, verifica-se também em Portugal um aumento notório da idade média da população. Esta evolução da composição etária (parcialmente contrariada pela imigração) tem reflexos alargados e transversais na vida do país, afectando sectores diversos como a saúde e a segurança social. Em particular, verificam-se crescimentos significativos nas despesas em saúde e no número e valor das pensões;

3. Crescimento do Estado Providência. O Estado português tem crescido a níveis consideráveis, em particular nos sectores da segurança social, saúde e (em menor grau) educação, estando alguns aspectos desta evolução associados a aumentos do nível de vida;

4. Terciarização do Trabalho. O sector dos serviços desempenha uma importância crescente na economia portuguesa. Trata-se de um desenvolvimento que está parcialmente relacionado com o crescimento do peso do Estado Providência, cujas actividades se concentram no sector terciário. No entanto, verifica-se que os sectores secundário e primário têm ainda grande importância, sobretudo em termos da população que empregam e, em particular, quando se considera a situação de outros países desenvolvidos. Em todo o caso, o crescimento dos serviços é um processo que afecta vários outros domínios da sociedade e da economia portuguesas, como as relações laborais, o desemprego, os níveis de qualificação, a desigualdade de salários e de género, etc, domínios esses em que, em geral, se têm verificado desenvolvimentos importantes;

5. Aumento da Qualidade de Vida. Com vista a aferir a evolução da qualidade de vida, apresentam-se também vários indicadores sobre os níveis de bem-estar dos portugueses, considerando-se dimensões tão díspares como o número de espectadores de actividades culturais, o número de atletas federados em diferentes modalidades desportivas, a variação da duração dos horários de trabalho ou as taxas de mortalidade de diferentes doenças. Embora a medição do bem-estar (e, sobretudo, da própria felicidade) seja obviamente uma tarefa complexa, estes e outros indicadores sugerem, na sua maioria, que a população portuguesa tem usufruído não só de maior quantidade de vida como também de melhor qualidade de vida. Esta conclusão é, no entanto, bastante mais forte quando a comparação dos indicadores se baseia no princípio ou meados da década de 1990 do que quando se consideram anos mais próximos do presente.

Em todo o caso, um passo importante no processo de crescimento do país consiste precisamente em conhecer com rigor e em profundidade alguns dos principais aspectos das vidas dos portugueses, de maneira a melhor sabermos quem somos e como estamos a mudar. Por outro lado, outro passo importante para o crescimento é difundir esta informação junto de um público alargado, de maneira a informar e enriquecer o debate público e as escolhas do país. São precisamente estes os objectivos deste capítulo.

1. Estruturas Familiares e Educação

Entre as tendências demográficas comuns em países desenvolvidos incluem-se, em geral, a diminuição da fecundidade, o aumento das idades dos noivos (ao primeiro casamento) e o aumento das idades dos pais no nascimento do primeiro filho. Factores de vária ordem têm sido invocados para explicar estes fenómenos, incluindo o aumento da escolaridade, possíveis dificuldades de inserção na vida activa, o adiamento da saída da casa dos pais, ou ainda a eventual maior importância atribuída pelos jovens às suas actividades profissionais em detrimento da constituição das suas novas famílias, incluindo a elevada participação das mulheres no mercado de trabalho.

Independentemente das explicações, Portugal não se desvia actualmente destas tendências demográficas internacionais. Por exemplo, enquanto em 2000 a mulher tinha em média 25.7 anos ao primeiro casamento (ver Figura 1), quatro anos depois essa idade média já tinha aumentado para 27 anos; para os homens a evolução é semelhante, com um aumento de 27.5 para 28.6 anos no mesmo período. Por outro lado, enquanto em 2000 uma mulher era, em média, mãe pela primeira vez com 26.5 anos, em 2004 essa idade tinha passado para 27.5 anos.

<Figura 1 aproximadamente aqui>

Também se regista uma redução no número total de casamentos e na percentagem dos que são celebrados pela igreja católica. Por um lado, a taxa bruta de nupcialidade reduziu-se de 6,2‰, em 2000, para 4,7‰, em 2004. Por outro lado, enquanto em 2000, 64,8% (41.331) dos casamentos eram católicos, em 2004 esta percentagem diminuiu substancialmente, para 57,1% (28.094 casamentos) (Figura 2). Contudo, a análise regional permite concluir que na região Norte, em 2004, a percentagem de casamento católicos é muito superior (68%) enquanto Lisboa apresenta um valor de 47.2% e a Região Autónoma dos Açores o valor mais baixo do país: 23.7%. Aumenta também o número de casamentos dissolvidos por divórcio, atingindo 23.614 (34,4% do número total de dissoluções) em 2004, comparados com 19.302 (29,3%) em 2000.

<Figura 2 aproximadamente aqui>

Ao mesmo tempo, cresce a ritmo acelerado o número de crianças nascidas fora do casamento: eram 22.1% do total das crianças nascidas em 2000 e 29.1% (ou 31.766 crianças) em 2004, sendo que cerca de 80% destas crianças nascem de pais que coabitam. Este aumento de nados-vivos fora do casamento não tem sido contudo suficiente para evitar que o número total de nados-vivos continue a diminuir. Ao contrário da tendência crescente da fecundidade entre 1995 e 2000 (um período de

expansão económica), desde 2000 que têm vindo a nascer menos crianças em Portugal: cerca de 109mil em 2004, em oposição às cerca de 120mil que nasceram em 2000. Admitindo-se uma relação de causalidade entre o ciclo económico e o nível de fecundidade, a fase actual de estagnação da economia portuguesa (tratada em pormenor no capítulo seguinte) pode levar à inexistência de aumentos significativos no número de nascimentos no futuro próximo.

Outro aspecto importante das estruturas familiares portuguesas e da sua evolução recente também eventualmente relacionado com o decréscimo da fecundidade consiste nas elevadas taxas de actividade (a percentagem da população disponível para trabalhar), em particular no caso das mulheres. Efectivamente, as mulheres em Portugal apresentam elevados níveis de participação no mercado de trabalho, que têm inclusive continuado a crescer nos últimos anos. Por exemplo, enquanto a taxa de actividade geral (homens e mulheres) é de 52,2% em 2004 (51,1% em 2000), para as mulheres estas taxas são, respectivamente, de 46,7% e 44,8% , fazendo de Portugal um dos países da União Europeia com taxas de participação femininas no mercado de trabalho mais elevadas.

Por outro lado, a variação substancial nos padrões demográficos da população portuguesa tem implicações em várias outras dimensões da vida nacional. Uma destas dimensões prende-se com a diminuição sensível do número de alunos nos ensinos básicos e secundário. Efectivamente, com excepção dos ensinos pré-escolar e superior, todos os outros níveis (1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário) conhecem uma clara tendência de diminuição das suas populações estudantis (Figura 2b). Comparando, por exemplo, o ano lectivo de 1993/94 com o ano lectivo de 2002/03, as reduções do número de alunos inscritos variam entre um mínimo de 12% e um máximo de 22%, no ensino secundário e no 3º ciclo do ensino básico, respectivamente.

<Figura 2b aproximadamente aqui>

Mesmo no próprio ensino superior, o número de alunos matriculados (400.831 em 2002/03 e 395063 em 2003/04) sugere o começo de uma tendência semelhante de contracção ou, no mínimo, de estagnação. Por outro lado, deve ser referido que, no período entre os anos lectivos 1993/94 e 2002/03, verificou-se um ritmo de crescimento do número de matriculados, no ensino superior, muito substancial, aumentando em 45% nessa década.

Note-se ainda a aproximação e convergência do ensino secundário em relação ao 3º ciclo do ensino básico em termos do número de alunos matriculados. Na medida em que estes dois graus de ensino

têm o mesmo número de anos de duração (três) e assumindo diferenças insignificantes em termos de taxas de reprovação ou outros factores, esta convergência sugere que, na sua maioria, os alunos que concluem a escolaridade obrigatória (o 3º ciclo do ensino básico) também frequentam tendencialmente o ensino secundário.

Em geral, a evolução do número de matriculados nos vários níveis de ensino sugere que o potencial de crescimento extensivo do sistema (no sentido do aumento do número de alunos, implicando possivelmente a construção de novas escolas e/ou o aumento do do corpo docente) está actualmente esgotado em Portugal. No entanto, deve sublinhar-se que vários indicadores comparativos internacionais da qualidade de aprendizagem dos alunos de vários níveis de ensino sugerem um grande potencial em termos do crescimento intensivo do sistema educativo, no sentido do aprofundamento da qualidade das aprendizagens.¹

O único nível de ensino cujo número de matriculados apresenta uma tendência clara de crescimento é o pré-escolar. Trata-se de um nível de ensino não obrigatório e destinado a crianças dos três anos até ao início da escolaridade obrigatória. No último período de dez anos para o qual há dados disponíveis (de 1993/94 a 2002/03) o número de crianças matriculadas neste nível de ensino aumentou 35%, o equivalente a uma taxa anual média de crescimento de cerca de 3,4%. Para esta evolução acelerada contribuiu sobretudo o aumento da componente pública do ensino pré-escolar, com uma variação total de cerca de 64% no mesmo período de dez anos. No ano lectivo 2002/03, 127.688 crianças frequentaram o ensino pré-escolar público.

Tendo em conta vários estudos que sublinham a importância do ensino pré-escolar para o desenvolvimento intelectual destas criança, este processo de alargamento do sistema constitui um bom augúrio para as perspectivas da educação em Portugal. Por outro lado, é provável que a melhoria dos resultados escolares provoque, por sua vez, o aumento do número de níveis de ensino frequentados com sucesso.²

Ao mesmo tempo, a própria mobilidade social no país pode ser afectada positivamente pelo desenvolvimento do pré-escolar, assumindo que os grupos sócio-económicos menos favorecidos não estejam sub-representados entre as cerca de 250.000 crianças que actualmente frequentam o ensino pré-escolar. Note-se que, com o crescimento acentuado referido neste nível de ensino, cerca de 70% das crianças entre os 3 e os 6 anos de idade frequentam actualmente o ensino pré-escolar.

¹ Considerando-se o caso de um destes indicadores mais prestigiados, o PISA (“Programme for International Student Assessment”) de 2003, que avaliou as competências matemáticas e em outras áreas de alunos de 15 anos de idade em 41 países, na sua maioria pertencentes à OCDE, os resultados dos alunos portugueses colocaram o país em geral por volta da 30ª posição da tabela

Voltando a uma análise mais geral dos aspectos da educação, devem ser sublinhadas as diferenças entre o número de alunos matriculados e o número de alunos com sucesso escolar. Esta questão surge com particular acutilância tendo em consideração que a percentagem dos jovens entre 20-24 anos em 2004 que concluíram, pelo menos, o ensino secundário (o equivalente ao actual 12º ano de escolaridade) é somente de 49% (Figura 12). Este valor (49%) contrasta com a elevada percentagem do grupo etário matriculada no ensino secundário.

Por outro lado, verifica-se que a percentagem dos jovens entre 20-24 anos em 2004 que concluíram, pelo menos, o ensino secundário na UE 15 é de 73,5% enquanto para a UE 25 é de 76,4%. São precisamente quatro dos dez Estados-membros que aderiram em 2004 que encabeçam esta lista baseada na conclusão do ensino secundário entre os jovens: Polónia, Eslovénia, República Checa e Eslováquia apresentam percentagens entre 89,5% e 91,3% neste indicador.

<Figura 12 aproximadamente aqui>

Neste contexto será importante ter em conta se o mercado de trabalho estará a enviar os sinais apropriados para incentivar os jovens a obter níveis de educação mais elevados. Com efeito vários estudos³ indicam que o prémio salarial médio associado à frequência, com sucesso, de cada ano adicional de escolaridade em Portugal é de cerca de 10% (isto é, os salários tendem a aumentar 10% por cada ano adicional de escolaridade obtido pelos trabalhadores). Trata-se de um nível de rendibilidade consideravelmente elevado, em particular quando comparado com a maioria dos investimentos financeiros. Para além disso, o nível efectivo de rendibilidade será ainda superior, na medida que há também a considerar outras vantagens associadas às profissões que exigem graus de qualificação superior, como uma menor probabilidade de desemprego e melhores condições de trabalho. Por outro lado, verifica-se ainda que os prémios salariais da educação para outros países europeus são em geral mais baixos, em média cerca de 7% a 8%, o que poderia implicar um estímulo adicional à procura de qualificações pelos portugueses.

Várias explicações podem ser consideradas para esta situação algo paradoxal de prémios salariais elevados para a educação e ritmos lentos de convergência dos níveis educacionais dos jovens (em relação aos valores europeus descritos anteriormente), como sugerido pela reduzida percentagem de jovens a concluir o ensino secundário. Por exemplo, a falta de informação sobre as perspectivas no

² Ver "Human Capital Policy", por James Heckman e Pedro Carneiro, NBER Working Paper 9495.

mercado de trabalho ou a incerteza sobre o sucesso do investimento em capital humano (incerteza tanto em termos de nível de aproveitamento escolar como em termos da obtenção ou não de um emprego que exija um nível de qualificações semelhantes às obtidas pelo jovem no sistema educativo) podem dissuadir os jovens de permanecerem no sistema educativo.

Por outro lado, os custos da educação, tanto os directos (propinas, transportes, etc) como os indirectos,⁴ podem também pesar significativamente nas decisões dos jovens e das suas famílias, sobretudo naquelas de menor rendimentos e/ou de preferências temporais relativamente mais viradas para o presente do que para o futuro. Finalmente, uma outra explicação pode basear-se na eventual artificialidade do elevado prémio salarial da educação documentado para Portugal: este prémio pode resultar sobretudo de outras características dos trabalhadores mais escolarizados (como maior motivação ou melhores ligações profissionais) e não necessariamente dos níveis mais elevados de educação destes indivíduos.

Em todo o caso, deve também ser referido que esta evolução do número de alunos nos diferentes níveis de educação tem obviamente tido consequências em termos da distribuição das qualificações da população activa portuguesa (Figura 15). Por exemplo, no período de seis anos entre 1998 e 2004, a população activa que detinha o 1º ciclo do ensino básico como nível de escolaridade mais elevado reduziu-se de 1,87 milhões para 1,64 milhões enquanto o número de pessoas sem instrução reduziu-se de 484.700 para 334.700. Sublinhe-se, no entanto, a percentagem ainda elevada da população activa que não tem mais do que o 1º ciclo do ensino básico (o equivalente a quatro anos de educação formal): trata-se de 36,1% da população activa em 2004, tendo, no entanto, descido acentuadamente de 46,3% em 1998.

<Figura 15 aproximadamente aqui>

Refira-se que só a partir do princípio dos anos 60 a escolaridade obrigatória foi aumentada de quatro para seis anos (depois de ter sido reduzida de cinco para três anos no final dos anos 20). Admitindo que só as gerações nascidas a partir de 1965 terão, na sua totalidade, níveis de escolaridade superiores a quatro anos e assumindo-se também uma idade de reforma de 65 anos, então só a partir de 2030 é que a população activa portuguesa passará a contar exclusivamente com pessoas com seis ou mais anos de escolaridade.

³ Ver "Does Education Reduce Wage Inequality? Quantile Regression Evidence from 16 Countries" por Pedro Silva Martins e Pedro Telhado Pereira, *Labour Economics*, 2004.

⁴ Estes custos indirectos, ou custos de oportunidade, correspondem às remunerações que se deixam de ganhar enquanto se está a estudar. Em geral, estes são os principais custos privados da educação.

Por último, observa-se que o segundo nível de escolaridade mais importante, o 2º ciclo do ensino básico, mantém o seu peso relativo ao longo do período, descendo ligeiramente de 20,4%, em 1998, para 19,9% (ou 1,09 milhões de pessoas), em 2004. Todos os restantes níveis de escolaridade conheceram um crescimento das suas importâncias relativa e absoluta, em particular o ensino superior, que passa de 8,8% para 13% da população activa (ou 714.200 pessoas) entre 1998 e 2004. A estrutura da população activa com ensino secundário completo passa de 11,1% para 13,7% (ou 750 mil pessoas).

2. Envelhecimento

Outra importante tendência demográfica – também directamente relacionada com a diminuição da fecundidade – é o envelhecimento da população. Trata-se de um processo com implicações a vários níveis, nomeadamente em termos da sustentabilidade dos sistemas de segurança social do tipo “pay-as-you-go” (como é o caso do sistema português). Com efeito, neste tipo de sistema de segurança social as pensões de velhice e outras pensões relacionadas são pagas em grande medida com as contribuições dos indivíduos que estão a trabalhar.

Para além da redução da fecundidade, o outro elemento que contribui para o envelhecimento da população portuguesa é o aumento da longevidade. Como se irá ver nesta secção, a contribuição deste aspecto também é particularmente significativa no caso português. Se se considerar, por exemplo, o índice de longevidade (o rácio do número de pessoas com 75 anos ou mais em relação ao número de pessoas com 65 anos ou mais), verifica-se que este indicador tem crescido ininterruptamente, pelo menos desde 1994, atingido 41,4% em 2000 e chegando a 43,1% em 2004.

Outro indicador relacionado é o da esperança de vida à nascença: enquanto uma criança nascida em 2000 poderia esperar viver 76.4 anos (mantendo-se as taxas de mortalidade desse ano), a esperança média de vida em 2004 ascende já a 77.8 anos. Ao contrário de outros países desenvolvidos (nomeadamente os Estados Unidos) em que se considera que a esperança de vida dos recém-nascidos pode ter atingido um ponto máximo e estar já a diminuir (em particular por causa do aumento do número de problemas de saúde relacionados com deficiências de dieta alimentar entre os jovens), a evolução recente em Portugal sugere que as gerações vindouras podem ainda esperar continuar a viver mais tempo do que as suas antecessoras.

Em todo o caso, a combinação de baixa fecundidade com elevada longevidade obviamente acarreta elevados índices de envelhecimento (o rácio entre a população com 65 ou mais anos e a população com menos de 15 anos). Neste indicador verifica-se não só que o tamanho do grupo dos idosos é superior ao do grupo dos jovens já desde 2000 (o primeiro ano em que o índice ultrapassa 100, atingindo o valor de 102.2), como que a relação se tem vindo a desequilibrar progressivamente (Figura 3). Em 2004 havia já 108.7 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens com menos de 15 anos. Esta proporção deriva, em termos absolutos, de um total de cerca de 1,65 milhões de jovens com menos de 15 anos e 1,79 milhões de pessoas com 65 ou mais anos de idade.

<Figura 3 aproximadamente aqui>

O território nacional também apresenta diferenças significativas – veja-se o Mapa 1 –, sendo as Regiões Autónomas as mais jovens do país (índices de envelhecimento de 62.4 e 72 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respectivamente) enquanto as regiões Alentejo e Centro são as mais envelhecidas (170.4 e 138.2, respectivamente).

<Mapa 1 aproximadamente aqui>

Como foi referido anteriormente, o envelhecimento da população cria desafios no financiamento de pensões em sistemas de segurança social como o português. Como se observa na Figura 5a, o número de pensões de velhice em Portugal tem crescido a um ritmo considerável, cerca de 1,3% por ano em média entre 1995 e 2004, ano em que ultrapassou os 1,7 milhões. Por outro lado, as pensões de sobrevivência cresceram a uma taxa de cerca de 2,6% ao ano, enquanto as pensões de invalidez registaram uma redução de cerca de 2,2% ao ano. No total, foram atribuídas em 2004 mais de 2,7 milhões de pensões (de velhice, sobrevivência ou invalidez). Ao longo da década, o número de pensões destes três tipos atribuídas em Portugal cresceu a cerca de 1,1% por ano.

<Figura 5a aproximadamente aqui>

Além disso, também se assistiu nos últimos dez anos a crescimentos reais significativos do valor de cada um destes três tipos de pensões (Figura 5b). Destaca-se o crescimento do valor médio das pensões de velhice, a uma taxa anual e real de 4,7% por ano, sendo o seu valor médio em 2004, no entanto, somente de 4.124 euros por pensão/ano. Por outro lado, as pensões de invalidez e sobrevivência cresceram a ritmos anuais algo mais moderados, 3,1% e 3,3%, respectivamente,

atingindo valores médios de 3.654 e 2.103 euros por pensão/ano, respectivamente de invalidez e sobrevivência.

<Figura 5b aproximadamente aqui>

Da conjugação destas variações no número de pensões e nos seus valores, chega-se a uma despesa total de 9.664 milhões de euros em 2004, equivalente a 7,2% do PIB. Em termos reais, as despesas com pensões cresceram ao longo dos últimos dez anos a uma taxa anual de 5,2% ao ano, significativamente acima da taxa de crescimento do PIB. Este diferencial entre o crescimento da economia e o crescimento da despesa em pensões torna-se ainda mais evidente se se considerar somente os últimos cinco anos, em que a taxa de crescimento do PIB foi consideravelmente mais baixa enquanto as despesas em pensões cresceram a um ritmo ainda superior: 5,5%

Para além dos valores das reformas, a idade de reforma é outro aspecto que influencia o montante total das despesas nacionais com pensões, nomeadamente ao afectar o número de pensões atribuídas (além de afectar o volume das contribuições). Neste contexto, é importante relembrar que existe um conjunto alargado de excepções que permitem a reforma antecipada, isto é, antes dos 65 anos (no caso do sector privado). Estas excepções incluem os casos de algumas profissões consideradas especialmente desgastantes, de trabalhadores em desemprego de longa duração e de trabalhadores deficientes. É precisamente neste contexto que se poderá explicar que a idade efectiva de reforma em Portugal fique abaixo da idade mínima padrão. Na figura 6 verifica-se que a idade efectiva, em média, para os homens, era de 62,3 anos em 2001, subindo para 63,7 anos em 2003. Contudo, é interessante notar que, no contexto europeu, em 2003, Portugal é o país com uma idade média efectiva de reforma mais elevada. Segue-se a Suécia, com 63,5 anos, enquanto a Bélgica apresenta o valor mais baixo entre os 23 países para os quais há informação: 58,6 anos.⁵

<Figura 6 aproximadamente aqui>

Para além da segurança social, a saúde é outra dimensão em que será razoável admitir impactos significativos do envelhecimento da população. Os dados disponíveis para vários indicadores sobre prestação de serviços de saúde são consistentes com a ideia de que o aumento da idade média da população, entre outros factores, conduziu ao aumento do número de actos médicos realizados. Em

⁵ No caso das mulheres, Portugal também apresenta uma idade média efectiva de reforma superior à média da União Europeia, embora a diferença seja neste caso marginal: 60,6 anos em Portugal e 60,5 anos na UE 25.

todo o caso, um exemplo deste processo de crescimento do número de actos médicos – a ser desenvolvido com maior pormenor na próxima secção, sobre o Estado Providência – prende-se com o número de consultas médicas. A Figura 4 indica um aumento substancial destas, sobretudo em hospitais mas também em centros de saúde. Considerando os valores mais recentes, de 2003, decorreram em Portugal mais de 10,6 milhões de consultas em hospitais e mais de 28,5 milhões de consultas em centros de saúde. Comparando com 1993, os mesmos valores foram de 6,2 milhões e 24,3 milhões, respectivamente. Estes valores implicam crescimentos a taxas médias anuais no período de 5,5% e 1,6%, respectivamente para consultas em hospitais e centros de saúde.

<Figura 4 aproximadamente aqui>

A imigração é um dos poucos, se não o único, factor que contribui actualmente para minorar a tendência de envelhecimento da população residente em Portugal. Isto acontece sobretudo na medida em que a imigração seja motivada essencialmente por objectivos de carácter económico, sendo os imigrantes indivíduos relativamente jovens e com elevadas taxas de emprego. A importância efectiva da imigração – um fenómeno ainda relativamente recente em termos históricos em Portugal – é sugerida pela evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, que registou um crescimento, na última década, de mais de cem mil indivíduos, de 157.073 em 1994 para 265.361 em 2004 (Figura 7). Entre as nacionalidades com maior representação em 2004 contam-se a cabo-verdiana (55.590), brasileira (28.956) e angolana (26.702).

<Figura 7 aproximadamente aqui>

No sentido oposto, contribuindo para o envelhecimento da população, encontra-se a emigração. Estima-se em 27.008 o número de indivíduos que emigraram em 2003. No entanto, novamente aqui há razões para considerar que este número subestima o verdadeiro valor da emigração, nomeadamente dada a dificuldade em medir este fenómeno, em particular no contexto da liberdade de movimentação de pessoas no espaço europeu. Em todo o caso, este leque de fluxos migratórios provoca eventualmente algumas interrogações, nomeadamente sobre a situação da economia e o funcionamento do mercado de trabalho em Portugal, uma vez que os números apresentados implicam a coexistência no país de níveis elevados de imigração com níveis também razoavelmente elevados de emigração.

3. Estado Providência

É reconhecido por todos o papel fundamental que o Estado pode desempenhar com vista ao aumento de bem-estar de uma população. Para além de questões de soberania e de aspectos básicos do funcionamento do país (como a justiça e a segurança pública – tratadas no capítulo 4), este papel do Estado no sentido da melhoria de condições de vida envolve a provisão de um conjunto alargado de bens e serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, educação, segurança social e, mais recentemente, também na cultura e desporto. Em todas estas áreas, Portugal apresenta níveis significativos de crescimento do número destes bens e de serviços e também do peso do Estado nestes sectores.

Começando pela saúde, verifica-se desde já uma tendência crescente do número de médicos ao serviço nos hospitais (públicos e privados): ao longo do período considerado, 1990 a 2003, passou-se de 2,8 para 3,3 médicos por 1.000 habitantes (correspondendo a um total de 34 440 médicos em 2003).

<Figura 8 aproximadamente aqui>

É importante também constatar que o crescimento do número de médicos envolveu algumas alterações na sua caracterização, tanto em termos da divisão especialistas/não especialistas, como também em termos do peso relativo de cada especialidade no conjunto de médicos, embora concentradas na primeira metade da década de 1990. Assim, por exemplo, verificou-se desde 1990 uma redução acentuada do número de não especialistas, de 70% em 1990 para somente 35,1% em 2003. Contudo, esta percentagem apresenta-se estável desde meados da década de 1990.

Em termos do peso relativo de cada área, a maior percentagem cabe aos especialistas em medicina geral (13,7% ou 4705 médicos), seguidos pelos especialistas em ginecologia e obstetrícia e pelos pediatras (4%). Em contraste com o crescimento do número de consultas na categoria residual de “outras especialidades” que se irá descrever em seguida, verifica-se também um crescimento moderado ou nulo do peso dos especialistas nestas outras áreas, representado cerca de 36,6% do número total de médicos (12 612) em 2003.

Verifica-se ao mesmo tempo uma ligeira tendência de redução do número de hospitais, de 240 hospitais em 1990 para 204 em 2003. Grande parte desta variação provem da diminuição do número

dos hospitais oficiais, de 145 em 1990 para 114 em 2003. Por outro lado, o número de hospitais privados era em 2003 de 90, tendo-se este número situado entre 96 e 81 desde 1990.

Deve, no entanto, sublinhar-se que a redução do número de hospitais não implicou qualquer redução da oferta de serviços de saúde, não só por causa dos referidos aumentos do número de médicos e enfermeiros, mas também porque não se constata qualquer diminuição em níveis de equipamento como o número de camas ou de salas de operações. Efectivamente, o número de camas ascendeu em 2003 a 38.117 (flutuando numa margem reduzida entre 37,709 e 39,690 entre 1990 e 2003), enquanto o número de salas de operação conhece uma tendência significativamente crescente, de 611 em 1990 para 754 em 2003. A conjugação da diminuição do número de hospitais com o aumento de um equipamento potencialmente tão relevante como as salas de operação, para além do aumento do número de pessoal, implica o aumento da capacidade dos hospitais. Trata-se de um processo que estará relacionado com as vantagens em termos de economias de escala e/ou economias de gama deste processo.

Por outro lado, o número de internamentos por mil habitantes mostra-se estável, sendo de 118,3 em 2003 e tendo variado entre um mínimo de 108,8 em 1990 e um máximo de 120,6 em 1998. O número total de internamentos em 2003 correspondeu a 1,217 milhões, enquanto o número total de dias de internamento foi de 10,24 milhões. Estes números também podem ser analisados por outro prisma, o da duração média dos internamentos em hospital. Verifica-se que esta duração tem diminuído, um resultado que estará eventualmente associada ao aumento do número de médicos e enfermeiros mencionados anteriormente. De 2000 a 2003 esta duração média passou de 9,2 para 8,4 dias. (Figura 9). A tendência decrescente também se verifica se se considerar anos anteriores: por exemplo em 1993 este mesmo valor era de 9,5 dias. Podem-se considerar várias explicações para este fenómeno: por um lado pode tratar-se do aumento da eficiência do sistema, obtido, por exemplo, através da redução do tempo de espera antes e depois da intervenção médica; ou, por outro lado, o aumento de internamentos para problemas de saúde de menor gravidade, requerendo internamentos de menor duração, e baixando o valor desta média, independentemente da eficiência do sistema.

<Figura 9 aproximadamente aqui>

Outro indicador importante do volume de prestações de serviços de saúde, é o número de consultas externas em hospitais. Como foi mencionado anteriormente, verificou-se um aumento muito acentuado, atingido o valor de 10,65 milhões de consultas em 2003. Dentro deste número podem

destacar-se algumas especialidades, como a ortopedia (9,8%), a cirurgia geral (7,4%), a oftalmologia (7,3%), a ginecologia (5,3%) e a medicina interna (5,2%). Todas estas especialidades, juntamente com a otorrinolaringologia, pediatria, e psiquiatria (todas entre 4% e 5% do volume total de consultas em 2003) conhecem, no entanto, uma redução do seu peso relativo no número total de consultas ao longo dos últimos dez a quinze anos. Em contrapartida, verifica-se um aumento da categoria residual, “outras especialidades”, que passa de 44,1% em 1990 para 51,2% do número total de consultas em 2003.

Além dos hospitais, os centros de saúde também desempenham um papel importante na provisão de cuidados médicos à população. O número de centros de saúde em Portugal tem estado estável (ou exibido uma ligeira tendência crescente), sendo de 393 em 2003. Por outro lado, as extensões destes centros apresentam uma tendência decrescente, embora novamente não muito marcada (o seu número diminui de 2.031 em 1990 para 1.945 em 2003). Entre estes centros de saúde, a maioria (323) não permite internamentos, verificando-se ainda tendências de diminuição do número de centros de saúde com internamento e de aumento daqueles sem internamento.

Esta mudança das características dos centros de saúde será consistente com a evolução mencionada anteriormente de aumento da capacidade dos hospitais e do número de internamentos que aí têm lugar, embora a escala do número de internamentos que tem lugar nos centros de saúde seja substancialmente inferior à dos hospitais. Por outro lado, refira-se que, enquanto o número de centros de saúde aumenta (embora só ligeiramente), o número total de médicos colocados nestes centros tem diminuído (embora novamente só ligeiramente, pelo menos a partir de meados dos anos 1990), correspondendo, em 2003, a um total de 7.251 médicos. O rácio de médicos por centro de saúde reduziu-se, assim, de 22,1 em 1990 para 18,5 em 2003.

Em termos do número de consultas, verifica-se também aqui uma tendência crescente, chegando a 28,45 milhões em 2003, comparado com 24,97 milhões em 1996 ou 24,62 milhões em 1990. Estes valores correspondem a quase o triplo do número de consultas efectuadas nos hospitais nos mesmos períodos. Por outro lado, a distribuição destas consultas pelas áreas de especialidade é também substancialmente diferente. No caso dos centros de saúde, mais de 80% das consultas (83,2% em 2003) são de medicina geral e familiar ou clínica geral, sendo o segundo tipo mais comum de consultas as de saúde infantil e juvenil ou pediatria (10%).

Finalmente, em termos das estatísticas relacionadas com saúde, refira-se ainda que, em contraste com o aumento do rácio de médicos e enfermeiros pela população mencionado anteriormente, o

mesmo rácio para o número de farmácias mantem-se praticamente inalterado entre 1990 e 2003. Com efeito, apesar do aumento da importância do sector da saúde, nomeadamente quando medido em termos de despesas do Estado ou da população, o rácio farmácias por mil habitantes manteve-se sempre em 0,3 ao longo dos últimos 13 anos.

Outra área onde o Estado tem assumido um papel é a cultura. Novamente há aqui várias dimensões de intervenção a considerar. Por exemplo em termos das bibliotecas públicas existentes no país, cujo número tem aumentado, sendo em 2003 de 1.960 (contrastando com 1.287 em 1990). Estas bibliotecas tinham nos seus espólios, no mesmo ano, mais de 44 milhões de documentos. Foram emprestados mais de 6,5 milhões de documentos, correspondendo a um total de mais de 3,39 milhões de utilizadores de empréstimos.

O número de recintos culturais e de espectáculos ao vivo também denotam tendências crescentes, sendo respectivamente de 312 e 15,143 em 2003, respectivamente. Verificam-se ainda assimetrias consideráveis nestas variáveis, com o peso da região de Lisboa a apresentar valores nas várias variáveis de pelo menos o dobro face à segunda região mais importante, em geral a região Norte.

Parte das iniciativas públicas nestes domínios que se poderão classificar como culturais (património, publicações, música, artes cénicas, actividades e recintos socioculturais, e jogos e desportos) são da responsabilidade das câmaras municipais. Em 2003, as despesas do poder autárquico com este conjunto de actividades culturais ascenderam a 776,9 milhões de euros. Deste montante, 404,1 milhões de euros são classificados como despesas de capital.

4. Terciarização

Um domínio importante em qualquer estudo que tenha por tema as pessoas é o trabalho. Não só obviamente pela dimensão de dispêndio de tempo e esforço por parte dos trabalhadores, como também pela importância da remuneração desse investimento em termos do nível de vida a que o trabalhador e a sua família podem aspirar. Esta secção irá analisar vários aspectos relacionados com o trabalho em Portugal, prestando particular atenção ao processo de terciarização do trabalho que está em curso no país.

Um primeiro aspecto a ter presente é precisamente o valor das remunerações auferidas pelos trabalhadores e a dispersão destas remunerações segundo diferentes dimensões. Considerando o caso dos trabalhadores por conta de outrem dos sectores privado e público, verifica-se que o ganho médio mensal em 2002 (o último ano para o qual esta informação está disponível) é de 813 euros (Figura 16). Esta média contudo não é necessariamente representativa das remunerações auferidas em todos os sectores de actividade: no sector primário a mesma média corresponde a 569 euros, no sector secundário a 724 euros e a 887 euros no sector terciário.

<Figura 16 aproximadamente aqui>

Verificam-se ainda importantes diferenças em termos regionais. Lisboa aparece destacada com um salário médio de 1.065 euros, enquanto que os salários médios mais baixo são pagos na região Centro (677 euros), seguida pela região Norte (700 euros). No Algarve, Alentejo e Regiões Autónomas os salários médios situavam-se entre 710 e 779 euros.

Há ainda diferenças importantes em termos das taxas de crescimento reais e anuais destes ganhos médios. Ao longo do período 1995-2002, estas taxas oscilaram entre 1,8% (sector secundário) e 0,8% (sector terciário). No entanto, se esta evolução for decomposta em dois períodos de quatro anos, verifica-se que as taxas de crescimento entre 1995 e 1999 foram em média de 2,1% (oscilando entre 2,7% no sector primário e 1,7% no sector terciário) enquanto entre 1999 e 2002 as taxas foram bastante mais reduzidas: em média somente 0,4%, variando entre 0,8% no sector primário e -0,1% no sector terciário. Trata-se de uma evolução desanimadora, até mesmo no primeiro período, dados os níveis baixos dos salários portugueses no quadro da União Europeia, em particular na sua versão a 15 Estados-membros, e as perspectivas em termos de convergência real da economia portuguesa que esse baixo nível de desenvolvimento poderia implicar.

Nos vários anos do período em análise (1995-2004) e nos vários sectores considerados (primário, secundário e terciário), verifica-se que, entre o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (excluindo os funcionários públicos), as mulheres ganham entre 70% e 80% dos homens. Além disso, também não se verifica qualquer tendência aparente de diminuição desta diferença.

Desde já, é importante ter presente que esta discrepância de remunerações não implica necessariamente discriminação. Isto porque pode haver várias diferenças de características em termos das produtividades entre os dois conjuntos de trabalhadores. Alguns exemplos destas características são a escolaridade, a experiência no mercado de trabalho, a antiguidade na empresa,

os sub-setores em que trabalham, as características das empresas, etc. Por exemplo, é sabido que se verifica uma grande feminização de indústrias como a do vestuário ou têxtil, indústrias essas que, em geral, também pagam salários baixos (em muitos casos o próprio salário mínimo). Por outro lado, estas diferenças de salários entre indústrias podem elas próprias estar relacionadas com processos de discriminação; isto é, as mulheres podem não receber salários mais baixos por trabalharem na indústria do vestuário (por exemplo) mas sim ser a indústria do vestuário que paga salários mais baixos por empregar mais mulheres.⁶

Além disso, em termos de dimensões produtivas como, por exemplo, as qualificações escolares, não há em geral diferenças significativas entre os géneros. A existirem, essas eventuais diferenças ditariam maiores salários para as mulheres, precisamente o contrário do que se verifica na realidade, na medida que as mulheres em geral têm mais escolaridade.

Outro aspecto importante e recente da qualificação dos trabalhadores portugueses é a aprendizagem ao longo da vida. Num contexto internacional de crescente mudança nos processos produtivos e nas próprias actividades económicas, é natural que as qualificações dos trabalhadores – tanto as qualificações obtidas no sistema educativo como as qualificações derivadas da experiência ou de processos de formação nas empresas – se depreciem a uma ritmo mais elevado. Este processo de depreciação por sua vez poderá implicar a necessidade de maiores investimentos no capital humano, não só antes de estas entrarem no mercado de trabalho (o modelo tradicional) mas também depois de começarem a sua vida activa.

A combinação entre conhecimentos específicos (focalizados em aplicações ou tarefas específicas) e conhecimentos gerais (não directamente aplicáveis mas promovendo a adaptabilidade a vários tipos de actividade no mercado de trabalho) também poderá ter que ser reconfigurada em benefício do segundo tipo, em particular na fase escolar, e antes da (primeira) entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, o possível aumento da idade de reforma (como consequência dos problemas de segurança social referidos anteriormente) também poderá levar a que os trabalhadores passem a dispor de um período activo mais longo durante o qual os trabalhadores e/ou as suas empresas poderão rendibilizar o investimento que façam em capital humano no quadro dos processos de aprendizagem ao longo da vida.

⁶ A este propósito, refira-se que há alguma evidência empírica para Portugal que sugere que, quanto maior a concentração de mulheres numa empresa, menores os seus salários e maiores os salários dos homens: ver "Recruitment and pay at the establishment level: Gender segregation and the wage gap in Portugal", por José Vieira, Ana Cardoso e Miguel Portela, IZA Discussion Paper, 2004.

A Figura 17 indica, no entanto, que Portugal é um dos países entre os 25 Estados-membros em que a aprendizagem ao longo da vida é menos importante. Comparando com uma média na União Europeia de 10% da população com entre 25 e 64 anos que esteve envolvida neste tipo de aprendizagem, Portugal apresenta-se na cauda da distribuição, ao ter somente 5% deste grupo etário a fazer este tipo de investimentos. Por outro lado, os países nórdicos destacam-se na comparação internacional, com percentagens da população nesse grupo etário que beneficiaram de processos de aprendizagem ao longo da vida superiores a 25%..

<Figura 17 aproximadamente aqui>

Outro desenvolvimento interessante eventualmente associado à terciarização corresponde à redução da conflitualidade no mercado de trabalho português, quando medido tanto em termos do número de greves como de dias perdidos (ver Figura 18). Embora o número de dias perdidos conheça grandes oscilações ao longo do período em análise (1990-2004), verifica-se uma clara tendência decrescente, com mais de 120.000 dias de trabalho perdidos no princípio da década de 1990, contrastando com menos de metade desse valor para 2003 e 2004. Em termos do número de greves, a redução provém em exclusivo do sector secundário: enquanto no princípio da década de 1990 havia uma média de mais de 200 greves por ano, em 2003 e 2004 esse valor reduziu-se para menos de 100.

Por outro lado, o número de greves no sector terciário foi relativamente elevado no período 2000-2002 (mais de 100 greves por ano), mas tem-se reduzido acentuadamente desde o pico de conflitualidade laboral de 2002. Em 2004 verificou-se inclusivé um mínimo histórico no número de greves em Portugal – 122 – tendo havido somente 71 greves no sector secundário e 67 greves no sector terciário. Estas greves provocaram a perda de 46.096 dias de trabalho.

<Figura 18 aproximadamente aqui>

Portugal continua a ser dos países da União Europeia com uma distribuição de rendimentos mais desigual. Comparando os rendimentos das famílias que se encontram nos 20% do topo da distribuição das famílias com maior rendimento na população com o rendimento daquelas que se encontram nos primeiros 20% dessa distribuição, verifica-se que em Portugal, em 2003, o rendimento do primeiro grupo de famílias era 7,4 vezes superior ao do segundo. A Grécia, com 6,6, é o país com a segunda distribuição mais desigual, enquanto a República Checa e a Dinamarca apresentam as distribuições menos desiguais, com valores de 3,4 e 3,6, respectivamente.

<Figura 19 aproximadamente aqui>

Este nível de desigualdade de rendimentos em Portugal não é surpreendente dadas algumas das estatísticas apresentadas neste capítulo. Para já, verificou-se uma acentuada dispersão do nível de qualificações escolares da população portuguesa. Depois, apresentou-se resultados que indicam uma rendibilidade elevada da educação, implicando níveis de desigualdade de salários elevados entre os mais e menos escolarizados. Finalmente, mencionou-se também alguma evidência (embora recente) de diferenças de qualidade desse capital humano para cada nível do mesmo (os resultados do PISA 2003). A combinação destes três factores (dispersões de qualificações escolares – em termos das suas quantidades e qualidades – e remuneração elevada das qualificações pelo mercado) faz prever obviamente a existência de diferenças consideráveis nas remunerações dos portugueses.

Em todo o caso, apresentaram-se ainda alguns resultados sugerindo diferenças de salários significativas entre os sectores primário, secundário, e terciário, entre os salários de homens e de mulheres, havendo ainda diferenças consideráveis segundo outras variáveis, como entre regiões ou entre empresas de diferentes dimensões. Outras análises comparativas entre a situação portuguesa e a de outros países desenvolvidos corroboram estes resultados, mesmo depois de considerarem outras abordagens estatísticas, considerando simultaneamente o impacto de outros factores, indicando sempre elevados níveis de dispersão de salários segundo estas dimensões. Finalmente, é também de referir o papel do próprio Estado providência.

<Figura 19 aproximadamente aqui>

Uma outra dimensão possível da terciarização do trabalho pode passar pelo emprego por conta própria. Este tipo de trabalho está em geral associado aos sectores primário e terciário, nomeadamente porque o sector secundário tipicamente exige escalas de operação que não são facilmente compatíveis com as estruturas do emprego por conta própria. Sublinhe-se ainda o papel que o emprego por conta própria pode desempenhar em termos de “almofada” contra o desemprego.

Em termos das estatísticas sobre o trabalho por conta própria em Portugal, deve referir-se que estas não são consistentes com a possibilidade da terciarização em Portugal ser influenciada pelo crescimento da componente conta-própria. Com efeito, o número de trabalhadores por conta de outrem tem exibido uma tendência crescente (Figura 20a), sendo de 3.782 milhares em 2004 enquanto que, por outro lado, o número de trabalhadores por conta própria tem-se mantido em

grande medida estável, sendo em 2004 de 1.238 milhares. Há diferenças de género importantes entre os dois grupos: enquanto as mulheres representam 47% dos trabalhadores por conta de outrem, estas são só 40% dos trabalhadores por conta própria. Em termos internacionais, refira-se que vários estudos indicam que Portugal é um dos países europeus com maior percentagem de trabalhadores por conta própria, juntamente com outros países do Sul da Europa, nomeadamente a Itália e a Grécia.

<Figura 20a aproximadamente aqui>

Em termos estatísticos, verifica-se que o peso dos contratos sem termo entre os trabalhadores por conta de outrem tem-se mantido estável (tendo diminuído entre 1998 e 2002, passando a crescer desde aí): enquanto em 1998 a percentagem de contratos sem termo era de 82,8% do total de trabalhadores por conta de outrem, esta percentagem passou a 80,2% em 2004.

Por outro lado, não se vislumbram também alterações significativas em termos da importância do trabalho a tempo parcial (definido como períodos de trabalho inferiores à duração normal de trabalho em vigor na empresa, para a categoria profissional do trabalhador). Entre 1998 e 2004, as percentagens de trabalhadores nestas circunstâncias oscilam entre 10,9% e 11,7%, sendo de 579.200 indivíduos (11,3% do total de trabalhadores) em 2004. Trata-se de níveis muito inferiores aos de vários outros países europeus, onde o trabalho a tempo parcial tem grande importância, em particular entre as mulheres.

No entanto, registam-se importantes alterações em termos da duração semanal de trabalho, com descidas significativas nas durações superiores a 40 horas e aumentos tanto das durações entre 36 e 40 horas e nas durações inferiores a 36 horas. Enquanto em 1998, já depois do período transitório da chamada “lei das 40 horas” (lei 21/96, seguida pela lei 73/98) estas três categorias representavam, respectivamente, 28,2%, 49,6% e 22,2% do número de trabalhadores, em 2004 os mesmos valores eram 19,6%, 54,4% e 26% (Figura 20b).

<Figura 20b aproximadamente aqui>

Dado o limite legal de 40 horas, a elevada percentagem de empregados a trabalhar mais do que este número de horas sublinha a importância do trabalho suplementar (“horas extraordinárias”). Por sua vez, o elevado uso do trabalho suplementar permite sugerir que, provavelmente devido às restrições ao funcionamento das empresas relacionadas com a lei laboral, as empresas preferem recorrer à

margem intensiva de ajustamento (variando o horário de trabalho efectivo) do que à margem extensiva (variando o número de trabalhadores) para as alterações que desejem fazer em termos da sua força de trabalho efectiva. Isto terá implicações em variáveis como a taxa de desemprego, tornando-a provavelmente menos sensível ao ciclo económico e, possivelmente, contribuindo para o desemprego de longa duração.

Verificam-se também variações importantes na distribuição da população empregada pelo sector primário (agricultura e pescas), sector secundário (indústrias extractivas, indústrias transformadoras, produção e distribuição de água, electricidade e gás, e construção) e sector terciário (serviços). Registam-se quedas continuadas nos sectores primário e secundário, contrabalançadas pelo crescimento ininterrupto do sector terciário. Por exemplo, enquanto em 1998 cerca de 35,1% da população empregada encontrava-se no sector secundário, essa percentagem desceu para 31,2% em 2004 (Figura 22). No caso do sector primário, a redução foi somente de 1,4 pontos percentuais para o mesmo período, de 13,5% para 12,1%. Finalmente, o sector terciário conhece um aumento de 51,4% em 1998 para 56,8% (ou 2.908.600 pessoas) em 2004.

<Figura 22 aproximadamente aqui>

Note-se que este processo de terciarização da economia em Portugal, embora significativo, está ainda vários passos atrás da situação de outros países. Por exemplo, estimativas recentes para vários países desenvolvidos (Japão, França, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos) indicavam percentagens do emprego total no sector secundário inferiores a 20%.⁷ Nos Estados Unidos esta percentagem chegava a ser somente de 10%, tendo decrescido 15% nos últimos dez anos. Por outro lado, a percentagem efectiva de emprego no sector industrial, tanto para Portugal como para estes países, poderá na realidade ser ainda inferior. Isto porque muitas empresas cuja actividade principal se enquadra no sector secundário – implicando a inclusão estatística de todos os seus trabalhadores nesse sector – têm, no entanto, vários trabalhadores que desempenham tarefas próprias do sector dos serviços (administração, investigação e desenvolvimento, limpeza, etc).

Em termos da evolução da população empregada segundo a sua profissão principal, os principais crescimentos ao longo dos últimos anos registam-se entre profissões associadas ao sector terciário. Considerando-se o crescimento no período 1998-2004, estas profissões em que se regista maior crescimento são os especialistas das profissões intelectuais e científicas (a um ritmo anual médio de cerca de 6,4%, sendo o seu número de 434.500 pessoas em 2004), os quadros superiores da

⁷ "The Economist", de 29 de Setembro de 2005.

administração pública e das empresas (4,5%; 458.800), o pessoal administrativo (2,7%; 516.100) e os técnicos de nível intermédio (2,2%; 423.200).

Por outro lado, os restantes grupos profissionais conhecem ou crescimentos modestos e inferiores ao crescimento da população empregada ou mesmo diminuições dos seus números. Estes grupos correspondem às profissões associadas aos sectores secundário e terciário: agricultores (crescimento anual médio de 0%, correspondendo a 561.700 pessoas em 2004), operários e artífices (-2,2%; 966.800), operários de instalações e máquinas e de montagem (0,2%; 419.800) e trabalhadores não qualificados (0,2%; 629.600). A única excepção a este padrão de maior crescimento entre as profissões associadas aos serviços do que entre as profissões associadas a outros sectores refere-se ao conjunto de profissões designado precisamente por “pessoal dos serviços e vendedores”, que conheceu um crescimento relativamente modesto de cerca de 0,9% ao ano desde 1998 até 2004, correspondendo neste último ano a 676.500 indivíduos.

Esta informação sobre a distribuição dos trabalhadores por diferentes grupos profissionais também pode ser utilizada para se tentar esclarecer a questão da efectiva terciarização da economia portuguesa. Efectivamente, dadas as limitações anteriormente mencionadas das classificações baseadas no sector de actividade principal, a informação sobre o peso das diferentes profissões permite averiguar a robustez dos indicadores convencionais. Por exemplo, os quadros superiores da administração pública e das empresas podem ser classificados, sem grande contestação, no sector dos serviços, enquanto os operários e artífices fazem parte, sem quaisquer ambiguidades, do sector secundário. No entanto, este exercício também tem limitações, na medida que nem todas as profissões podem ser imediatamente classificadas num determinado sector – no presente caso, estas categorias profissionais de classificação ambígua são os técnicos de nível intermédio e os trabalhadores não qualificados.

Em todo o caso, verifica-se que o padrão de resultados não varia substancialmente para diferentes hipóteses que se façam sobre a distribuição por sectores destes trabalhadores. Em particular, os resultados desta análise indicam tendências claras de diminuição do peso das profissões associadas à indústria e à agricultura e às pescas. Por sua vez, essas reduções são contrabalançadas por aumentos claros do peso dos sectores dos serviços. No entanto, também se verifica que, nestas novas medidas, o peso do sector terciário, ao variar entre 49% e 52%, fica sempre aquém dos valores obtidos pela medição tradicional baseada na actividade da empresa em que o trabalhador está inserido.

Este resultado sugere que, ao contrário do que se poderia esperar, e embora o processo de terciarização não se deixe de verificar, uma parte muito significativa do emprego das empresas do sector secundário é efectivamente de natureza industrial e não de características mais próximas do sector dos serviços. Por um lado, este resultado pode indicar que as empresas do sector secundário têm recorrido a processos de “outsourcing” para se concentrar nas suas actividades principais. Por outro lado, e com maior probabilidade, este resultado sugere que estas empresas empregam números relativamente reduzidos de trabalhadores em actividades “terciárias” como as de investigação e desenvolvimento ou “marketing”, actividades essas tipicamente associadas a níveis produtivos com maior valor acrescentado. Há ainda outros indicadores importantes a considerar. Por exemplo, a taxa de actividade (a percentagem de uma população disponível para trabalhar) no grupo etário 15-64 anos tem exibido uma tendência crescente nos últimos anos, passando de cerca de 70% em 1998 a cerca de 73% em 2004 (Figura 13). Por outro lado, a taxa de emprego (a percentagem de uma população que efectivamente trabalha), também para o mesmo grupo etário entre os 15 e os 64 anos, cresceu a um ritmo mais lento entre 1998 e 2001, quando chegou a um pico, tendo atingido 69%, começando aí a descer, até chegar a menos de 68% em 2004. Esta conjugação das variações das taxas de actividade e de emprego implicaram que a taxa de desemprego, que desceu até 2000 (quando atingiu 3,9%, um valor próximo do pleno emprego), tenha aumentado significativamente a partir daí, chegando a 6,7% em 2004. O crescimento da taxa de desemprego foi particularmente elevado entre 2002 e 2003, quando o nível de desemprego aumentou em cerca de 71.800 pessoas, ou cerca de 1,3 pontos percentuais.

<Figura 13 aproximadamente aqui>

Relembre-se aqui a estratégia de Lisboa, recentemente relançada, em que foi dado maior ênfase ao crescimento económico e à criação de emprego. Em todo o caso, os objectivos desta estratégia continuam a incluir atingir taxas de emprego mínimas, em cada Estado-membro, de 70% (para o conjunto da população entre os 15 e os 64 anos), de 60% para as mulheres, e de 50% para as pessoas com idades entre 55 e 64 anos. Neste contexto, Portugal está abaixo do desejável no caso da taxa de emprego geral (embora, em alguma medida, por causa do aumento do desemprego) mas acima no caso da taxa de emprego feminina. Portugal também cumpre o objectivo segundo a perspectiva da estratégia de Lisboa no caso da taxa de emprego para as pessoas com entre 55 e 64 anos, uma vez que o número para o país é 50,3%, depois de se ter invertido entre 2003 e 2004 a tendência crescente que vigorava até esses anos.

Em termos de decomposição por idade das variações do desemprego, note-se que o aumento da população desempregada foi muito significativo entre 2002 e 2003 no grupo etário 25-34, passando de 79.900 para 109.400 indivíduos. Em 2004 observou-se uma ligeira redução neste grupo, redução essa que foi, no entanto, mais do que compensada pelo aumento do desemprego entre as pessoas com 45 ou mais anos (de 74 300 para 93000). Estas alterações levaram a que se tenha atingido em 2004 o nível mais elevado de desemprego no período 1998-2004, 365.000 pessoas. Entre entre desempregados, 52,6% são mulheres.

Outros aspectos importantes a ser considerado é o grande aumento da proporção do desemprego de longa duração (um ano ou mais tempo) em 2004, passando de 37,8% em 2003 para 46,3%. Refiram-se também as variações regionais expressivas na taxa de desemprego. Efectivamente, estas taxas oscilam entre o pleno emprego nas regiões autónomas (3% na Região Autónoma da Madeira e 3,4% na Região Autónoma dos Açores) e um nível perto desse valor na região Centro (4,3%), contrastando com os 8,8% no Alentejo e 7,7% no Norte e 7,6% em Lisboa.

Finalmente, há ainda a ter em conta na evolução do desemprego em Portugal o aumento dos pesos relativo e absoluto dos trabalhadores com qualificações académicas. Considerando-se o grupo de trabalhadores com pelo menos a escolaridade obrigatória verifica-se um crescimento muito acentuado do seu peso no número total de desempregados de 38,3% em 1998 para 46,6% (ou 170.100 pessoas) em 2004, incluindo crescimentos de cerca de 12 e 14 pontos percentuais em 2002 e 2003, respectivamente.

Esta evolução obviamente sugere que o grau de protecção das qualificações escolares contra o desemprego tem sofrido de um grau de erosão considerável nos últimos anos. Por outro lado, parte desta evolução pode considerar-se como expectável, na medida que, como referido anteriormente, o peso dos trabalhadores com, pelo menos, a actual escolaridade obrigatória também tem aumentado significativamente entre a população activa portuguesa. Além disso, sublinha-se que estes números não devem ser entendidos como evidência de uma probabilidade elevada de desemprego para aqueles que decidam estudar para além da escolaridade obrigatória e, em particular, no ensino superior. Como é indicado neste capítulo, grande parte das estatísticas sobre o mercado de trabalho sugerem que estudar mais continua a ser uma boa decisão para os portugueses, pelo menos no plano financeiro.⁸

⁸ Veja-se esta ideia desenvolvida em "Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados", Pedro Portugal, Boletim Económico do Banco de Portugal, 2004.

5. Qualidade de vida

A qualidade de vida será provavelmente o assunto mais importante de abordar numa análise sobre pessoas. Por outro lado, trata-se também de uma tarefa complexa, uma vez que, no limite, cada pessoa terá o seu entendimento individual do que é viver com qualidade. Em termos práticos, as principais abordagens desta questão tão difícil de quantificar baseiam-se em medidas indirectas, em geral relacionadas com o acesso a e o consumo de diferentes bens e serviços. Em todo o caso, será interessante referir o interesse crescente verificado em alguns países por informação resultante de inquéritos individuais sobre níveis e determinantes de felicidade. Alguns autores referem mesmo a possibilidade de, em breve, os resultados destes inquéritos sobre a felicidade serem considerados mais importantes do que as próprias estatísticas sobre o produto per capita. Enquanto não se chega a essa situação, esta secção irá analisar um conjunto alargado de indicadores, sobre aspectos materiais e outros, que permitem melhor esclarecer a evolução da qualidade de vida dos portugueses.

Um dos principais indicadores de bem-estar será a esperança de vida. Como foi mencionado em secções anteriores sobre o envelhecimento da população portuguesa, aqui também se tem verificado um progresso claro. Enquanto em 1990 a esperança de vida era de 74 anos, em 2004 este valor ascendia a 77.8 anos, tendo crescido sustentadamente ao longo do período (ver Figura 23). Por outro lado, na medida que a qualidade de vida tende a deteriorar-se com a idade, não é óbvio que o aumento considerável da esperança de vida implique necessariamente aumentos proporcionais de qualidade de vida. Com o objectivo de considerar esta questão, a figura apresenta também informação sobre o número de beneficiários de subsídio de doença. Embora se tratem de realidades diferentes, a tendência claramente decrescente destes últimos – uma diminuição considerável nos últimos 15 anos, de um pico de 850.000 beneficiários em 1991 até aos valores mínimos atingidos em 2002 e 2003, de cerca de 600.000 beneficiários – permitirá sugerir que o aumento da esperança de vida efectivamente pode ser interpretado como tendo um impacto significativo no aumento de bem-estar.

<Figura 23 aproximadamente aqui>

Os aspectos da saúde podem ainda ser analisados com maior detalhe considerando algumas estatísticas sobre doenças. Em termos da mortalidade infantil, verificou-se uma diminuição acentuada ao longo da década de 1990, tendo a taxa estabilizado em cerca de 5‰ desde 2001.

Também em termos da mortalidade por doenças do aparelho circulatório (o tipo de doenças responsável pelo maior número de morte) verifica-se uma tendência da sua redução ao longo da década e de estabilidade nos anos mais recentes, neste caso em 4%. Por outro lado, regista-se uma ligeira tendência de aumento da mortalidade por tumores malignos. Esta taxa era de 1,8‰ em 1990, sendo de 2,2‰ em 2003. Finalmente, os números de mortes causadas pelas restantes categorias de doenças que provocam maior número de mortes, como as do aparelho respiratório ou do aparelho digestivo, têm sido estáveis ou sem tendência clara.

Um outro tipo de estatísticas completamente diferente mas que também podem também ser considerados como indicadores de qualidade de vida são as variáveis referentes aos consumos culturais. O número de visitas a museus, por exemplo, pode sugerir não só maior disponibilidade de tempo como também maior interesse por aspectos históricos e artísticos que, por sua vez, sejam também relacionáveis com o conceito de qualidade de vida. Verifica-se que o número destas visitas apresenta alguma tendência de crescimento ao longo dos últimos dez anos. Exceptuando uma queda significativa em 2000, o número de visitas nos primeiros anos da década actual tem crescido, de cerca de 7,4 milhões de visitas em 2000 para 8,9 milhões em 2003. (Figura 21b) No caso das visitas a galerias, verifica-se uma tendência crescente pronunciada, com um salto de 18% para 4,9 milhões entre 2002 e 2003.

<Figura 21b aproximadamente aqui>

Outra dimensão cultural do país refere-se à exibição de cinema. Estas estatísticas sugerem alguma flutuação no número de recintos utilizados, contrabalançada com uma tendência crescente a partir de 1999, tendo o número de ecrãs também aumentado pelo menos a partir desse ano. O número de espectadores apresenta uma tendência crescente, embora se tenha reduzido entre 2002 e 2003, quando foram contabilizados 18,6 milhões de bilhetes vendidos.

Em termos das publicações periódicas, registou-se em 2003 (o último ano para o qual há informação) uma inversão da tendência crescente que se verificava até aí. Por exemplo, o número de publicações cresceu desde 1990 até ao nível máximo de 2.107 em 2002, diminuindo para 1.929 em 2003. O número de edições também atingiu um dos seus valores mais elevados, 36.054, em 2002 tendo diminuído para 35.501 em 2003. O número de jornais vendidos reduziu-se de 323,7 milhões em 2002 para 306,1 milhões em 2003, embora também já tivesse diminuído entre 2001 e 2002. No caso das revistas, o seu número de exemplares vendidos tem-se mantido estagnado nos últimos três anos, tendo sido de 113,1 milhões em 2003 (Figura 21a).

<Figura 21a aproximadamente aqui>

Os portugueses também tem demonstrado um aumento do interesse em vários desportos em termos do número de atletas federados. Este fenómeno verifica-se em particular no caso do futebol. Enquanto em 1990 o número de atletas federados era de 78.155, em 2003 já ascendia a 129.685. Este crescimento do interesse no desporto verificou-se tanto entre os atletas seniores como entre os varios escalões dos atletas juniores (sobretudo nos infantis). Esta evolução estará relacionada com o crescimento do número de escolas, que aumentou de 11.068 em 2002 para 13.273 em 2003, tendo mesmo sido inferior a 2.000 até 1994. É de lembrar a evidência apresentada anteriormente de quebra de fertilidade no país e da conseqüente redução do número de jovens, o que permite enfatizar a crescente importância do desporto entre as crianças e adolescentes em Portugal.

Verificam-se também tendências importantes de crescimento de número de atletas federados nos outros desportos. Em 2003 o número total de atletas federados era de 362.744, comparados com 265.588 em 1996. A seguir ao futebol, as principais modalidades em termos de número de atletas federados são o andebol (com 27.294 atletas), o basquetebol (19.364), o voleibol (16.408) e o golfe (14.271). Há ainda um conjunto alargado de modalidades com dois mil ou menos federados que, contudo, representam um conjunto de mais de 90.000 atletas em 2003. O financiamento público de todas as federações desportivas pelo Instituto do Desporto correspondeu em 2003 a 35,3 milhões de euros, tendo cabido a maior fatia ao atletismo (4,7 milhões de euros).

É importante ainda lembrar que nas secções anteriores foram também abordados um conjunto alargado de resultados que podem também ter implicações importantes em termos de qualidade de vida. Entre várias possibilidades, menciona-se a diminuição do peso dos sectores primário e secundário. Em geral, o tipo de trabalho nestes sectores é bastante mais desgastante e menos gratificante que o trabalho desenvolvidos no sector terciário. Outro exemplo será o indicador referente ao aumento da escolaridade da população, na medida que permite melhores perspectivas, não só aos trabalhadores que beneficiem desse níveis de educação mais elevados como também às outras pessoas que interajam com esses trabalhadores.

Por outro lado, há também obviamente variáveis mencionadas anteriormente que não serão consistentes com ideia de aumento da qualidade de vida. Um exemplo importante é a evidência de elevada desigualdade de rendimentos, o que por si pode levar a piores resultados em termos de qualidade de vida, não só para aqueles de menores rendimentos como também para as outras

pessoas (a desigualdade pode promover a criminalidade, por exemplo). A evidência de elevados níveis de desigualdade de rendimentos também pode sugerir que os outros indicadores de bem-estar – muitos dos quais apresentam evoluções positivas – não estão distribuídos proporcionalmente entre a população do país. Tomando o exemplo do consumo cultural, uma apreciação mais completa da situação portuguesa implicaria avaliar em que medida os padrões de consumo são semelhantes para toda a população ou se, pelo contrário, uma minoria é responsável por uma parte desproporcionalmente elevada desse consumo.

Um último aspecto a ter em conta refere-se à sustentabilidade destes indicadores de bem-estar, isto é, saber em que medida é provável que os portugueses continuem a beneficiar no futuro de crescentes níveis de bem-estar, como tem sido o caso dos últimos 20 anos. Dado o actual contexto de endividamento do Estado e das próprias famílias, de relativa estagnação dos níveis de produtividade da economia e de alguma indefinição do futuro modelo económico do país, em particular num cenário internacional de maior concorrência, esta sustentabilidade não parece assegurada.